

REQUERIMENTO

REQUERIMENTO DE REGISTRO EM
ATA sobre a correta atitude do Presidente
Lula de afastar Jaques Wagner da
liderança do governo no Senado.
AUTOR: Vereador Ricardo Alvarez
(PSOL)

Senhor Presidente

Solicito que seja registrada em ata dos trabalhos desta Casa o texto abaixo.

"A correta atitude do Presidente Lula de afastar Jaques Wagner da liderança do governo no Senado"

Há uma diferença clara de funcionamento das instituições da República entre os governos de Bolsonaro e de Lula. Isso ficou evidente no caso das investigações do Banco Master, em que um dos principais nomes do partido do atual Presidente está sendo investigado. Jaques Wagner, senador do Partido dos Trabalhadores (PT), pelo estado da Bahia, exercia a função de Líder do Governo do Senado.

O Presidente Lula, em meio às investigações, declarou que era fundamental que todos os envolvidos fossem investigados. Ainda que garantido o amplo direito à defesa para Jaques Wagner, o Presidente agiu com correção e celeridade, afastando-o da liderança do governo. É importante, em meio a uma crise política e a um gravíssimo caso de fraude bancária - o maior do país - que medidas sejam adotadas para afastar qualquer possibilidade de envolvimento do governo com o escândalo do Banco Master.

Fiz, assim que as ações em desfavor do Senador Jaques Wagner tornaram-se públicas, uma declaração pública defendendo que se garantisse ao investigado todo o seu direito à defesa, mas que o Presidente o afastasse da liderança. Achei, em função da gravidade do caso, que essa era a decisão correta a ser adotada por Lula. Felizmente, o Presidente, imbuído de espírito público e lisura junto às instituições, adotou a medida que eu, entre outras pessoas, defendia.

Há um contraste profundo entre essa atitude e o que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL, atualmente em prisão domiciliar) adotou ao longo dos seus quatro anos de mandato.

Em 22 de abril de 2020, quando os piores momentos da pandemia da Covid-19 já davam seus primeiros sinais, o então Presidente fez uma reunião ministerial que foi gravada. Em meio a um processo que corria, naquele ano, no Supremo Tribunal Federal (STF), o acesso à gravação da referida reunião foi autorizado pelo Ministro Celso de Mello. A comoção,



dados o tom e o conteúdo do que se tratou naquela ocasião, foi total, chamando a atenção a postura de Bolsonaro quanto às investigações que recaíam sobre os membros de sua família.

Com termos chulos e que não merecem ser reproduzidos em um documento desta Casa, o então Presidente declarava que interferiria nas forças de segurança para proteger seus filhos. À ocasião, ele disse que não esperaria que as investigações sobre seus parentes avançassem por não poder trocar os agentes envolvidos nas diligências dos processos. Com total desrespeito às instituições, disse: "Vai trocar! Se não puder trocar, troca o chefe dele! Não pode trocar o chefe dele? Troca o ministro! E ponto final! Não estamos aqui pra brincadeira." [1]

Outro caso, gravíssimo, que tomou importância durante o governo de Jair Bolsonaro, foi o de um esquema de espionagem ilegal que foi estruturado na Agência Brasileira de Informações (Abin). Ficou conhecido como "Abin Paralela" e scandalizou o país.

De acordo com reportagem publicada pelo portal G1 [2], "...policiais, servidores e funcionários da Abin formaram uma organização criminosa para monitorar pessoas e autoridades públicas, invadindo celulares e computadores, durante a gestão do ex-presidente Bolsonaro.

Para a PF, o ex-presidente Bolsonaro sabia do esquema de espionagem e se beneficiava dele."

Em pleno século XXI, chega a ser inacreditável que um governo eleito por meio de um processo democrático se arvore no poder do Presidente para interferir nas investigações da Polícia Federal e para a criação de uma agência de espionagem para atacar adversários políticos e jornalistas.

Esses dois exemplos são assustadores, mas não são os únicos. No entanto, o exemplo do Presidente Lula demonstra que, além de desejável, é possível agir com lisura e respeito às instituições republicanas.

Reafirmo que Jaques Wagner, bem como qualquer outra pessoa investigada, tenha direito à ampla defesa, de acordo com os preceitos da lei. Mas o gesto político de Lula, de afastar seu líder em meio a investigação, não é somente uma ação de um Presidente comprometido com a democracia brasileira; trata-se, fundamentalmente, de uma diferença de projeto de sociedade. Para Bolsonaro, as instituições deveriam se curvar ao poder do Presidente. Com Lula, há a necessária defesa de um projeto civilizatório que tem a democracia como seu centro.

[1] <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/22/em-reuniao-bolsonaro-confessa-interferencia-na-pf-e-intencao-de-protger-a-familia/>

[2] <https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/06/18/abin-paralela-pgr-defende-que->





investigacao-saia-do-stf-e-seja-transferida-para-a-primeira-instancia.ghtml

1) Carlos Ferreira - Presidente Mesa Diretora

Plenário "João Raposo Rezende Filho - Zinho", 26 de junho de 2026.

Ver. Ricardo Alvarez
VEREADOR



Autenticar documento em <https://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 370034003300360031003A005000. Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.